

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas 2



Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas 2



Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## A educação enquanto fenômeno social: gestão e práticas pedagógicas 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: gestão e práticas pedagógicas 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-258-0424-8  
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.248220908>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social: Gestão e práticas pedagógicas**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CAMINHOS EMANCIPATÓRIOS – UMA VISÃO SOCIOLÓGICA

Enio Waldir da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209081>

### **CAPÍTULO 2..... 19**

TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Suelma dos Reis Pereira Alves

Leia Adriana da Silva Santiago

Marco Antônio de Carvalho

Rosita Camilo de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209082>

### **CAPÍTULO 3..... 31**

AS FORMAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DIGITAIS, LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPES

Débora Valentim dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209083>

### **CAPÍTULO 4..... 38**

A RECEPÇÃO DA IMAGEM INDÍGENA CONSTRUÍDA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS

Tatiana Machado Boulhosa

Igor Lima Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209084>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

A RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO, PSICOMOTRICIDADE E NEUROCIÊNCIA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Eva Margarini Venâncio de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209085>

### **CAPÍTULO 6..... 63**

AMPLIFICADORES CULTURAIS ENQUANTO TECNOLOGIAS DE APOIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ASSERÇÕES PSICOLÓGICO-PEDAGÓGICAS A PARTIR DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Clarisse Daminelli Borges Machado

Edson Schroeder

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209086>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
UMA CONTRIBUIÇÃO LITERÁRIA SOBRE A TEMÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Maria Cecília Ribeiro Alves	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209087">https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209087</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
REVISÃO HISTÓRICA DO CINEMA DE RUA EM NATAL– RN E AS POSSIBILIDADES DO STREAMING	
Alessandro da Silva Maia	
Mary Land de Brito Silva	
Paulo Guilherme Muniz Cavalcanti da Cruz	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209088">https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209088</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
ECOSISTEMAS DE INVESTIGACIÓN, DESARROLLO E INNOVACIÓN EDUCATIVA PARA EL DESARROLLO DE PROYECTOS DE APRENDIZAJE POR SERVICIO SOSTENIBLES	
Emilio Álvarez Arregui	
Covadonga Rodríguez-Fernández	
Sara de la Fuente González	
Alejandro Rodríguez-Martín	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209089">https://doi.org/10.22533/at.ed.2482209089</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PERSPECTIVAS INSTITUCIONAL E CULTURAL	
Alexandre Souza de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090810">https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090810</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
VICISITUDES EN LA TRANSICIÓN EDUCATIVA DE LO PRESENCIAL A LA VIRTUAL CAUSADA POR EL COVID-19 EN LA REGIÓN MIXTECA	
Olivia Allende Hernández	
Celia Bertha Reyes Espinoza	
Liliana Eneida Sánchez Platas	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090811">https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090811</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
LIBERDADE NA CIDADE: RELAÇÃO ENTRE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RECURSOS URBANOS (A PRAÇA E A CAPOEIRA)	
Lucélia Novaes Lima	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090812">https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090812</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>154</b>
QUALIDADE DE VIDA E NÍVEIS DE ESTRESSE, ANSIEDADE E DEPRESSÃO DE	

## DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Naitheli da Silva Caires  
Elen Cristina Chaves Oliveira  
Berta Leni Costa Cardoso  
Keyla Iane Donato Brito Costa  
Arthur Oswaldo Pereira Prado Netto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090813>

### **CAPÍTULO 14..... 166**

A DISTÂNCIA ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO NA ORGANIZAÇÃO DOS CICLOS ESCOLARES E DA PROGRESSÃO CONTINUADA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ronaldo Tiago Marques de Jesus  
Claudia Pereira de Pádua Sabia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090814>

### **CAPÍTULO 15..... 192**

NUEVOS PARADIGMAS EN LA ENSEÑANZA DE INGENIERÍA: COMPETENCIAS SOCIALES, POLÍTICAS Y ACTITUDINALES

Diego Jesús Conte  
Darío Rodolfo Echarreta  
Norma Yolanda Haudemand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090815>

### **CAPÍTULO 16..... 206**

AÇÕES EM GRUPOS DE PESQUISAS: CONTRIBUIÇÕES DURANTE A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Leonardo Avelhaneda Hendges  
Andrei Alves Tavares  
Eduardo Adolfo Terrazzan

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090816>

### **CAPÍTULO 17..... 218**

A GESTÃO DO ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, ESTUDO DE CASO SOBRE REPOSITÓRIOS DE ACESSO ABERTO: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

João Firmino Soares Abreu Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090817>

### **CAPÍTULO 18..... 235**

EL EXTERIOR DEL AULA: UN ESPACIO LLENO DE OPORTUNIDADES PARA LA FORMACIÓN Y LA INNOVACIÓN DOCENTE EN EDUCACIÓN SUPERIOR

Román Nuviala Nuviala  
Gabriela Nogueira Puentes  
Guillermo Morán Gámez  
David Falcón Miguel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090818>

**CAPÍTULO 19.....241**

**A APRENDIZAGEM COOPERATIVA ATRAVÉS DE JOGOS NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Raquel Neves Batalhas  
Tiaria Graça dos Santos  
Efigenia Graça dos Santos  
Cenilda Graça Ribeiro  
Jacqueline Costa Quinta Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090819>

**CAPÍTULO 20.....254**

**ESCOLA DO CAMPO, INTERFACES DIGITAIS E PARADIGMAS PARA A EDUCAÇÃO NO/DO FUTURO**

Geovânia Souza do Nascimento  
Miquéias Moreira de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090820>

**CAPÍTULO 21.....266**

**PROJETO RECOMEÇO – UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SABARÁ**

Augusta Isabel Junqueira Fagundes  
Lilianny Garcia de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090821>

**CAPÍTULO 22.....275**

**A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Izana Teixeira Pinheiro Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090822>

**CAPÍTULO 23.....288**

**ALFABETIZACIÓN INFORMACIONAL: EFECTO EN EL DESARROLLO DE LA COMPETENCIA INFORMACIONAL EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS**

Edgar L. Martínez-Huamán  
José Luis Estrada Pantía  
Rosario Villar-Cortez  
Cecilia Edith García Rivas Plata  
Jorge Wilmer Elías Silupu  
Emilia Villar Cortez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090823>

**CAPÍTULO 24.....297**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA A CERCA DOS OBJETOS/BRINQUEDOS, E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO BRINCAR DENTRO DA ESCOLA**

Fábio Carvalho Rodrigues  
Ronan Ahmad Juste Ayoub  
Junio Pereira Virto de Oliveira  
Aline Aparecida Miranda Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090824>

**CAPÍTULO 25.....309**

ESTÁGIO DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂCIA:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

João Pedro Macedo Nascimento Fernandes

Adelmo Carvalho da Silva

Sueli Fanizzi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090825>

**CAPÍTULO 26.....317**

O ERRO COMO OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM: UM NOVO MÉTODO APLICADO  
NA DISCIPLINA TÉCNICA DE ACIONAMENTOS ELÉTRICOS E PROTEÇÃO NO IFRO

Sirley Leite Freitas

Joab da Silva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090826>

**CAPÍTULO 27.....328**

OPORTUNIDADES DE LA VIRTUALIZACIÓN PARA LA CONSOLIDACIÓN DE  
COMPETENCIAS ESPECÍFICAS EN LOS ESTUDIANTES DE LA ASIGNATURA  
ENSEÑANZA APRENDIZAJE

Belkis Jamileth Duarte Nares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.24822090827>

**SOBRE O ORGANIZADOR.....343**

**ÍNDICE REMISSIVO.....344**

# CAPÍTULO 2

## TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 08/07/2022

### Suelma dos Reis Pereira Alves

IF Goiano Campus Ceres  
Ceres-GO  
<http://orcid.org/0000-0002-3450-7497>

### Leia Adriana da Silva Santiago

IF Goiano Campus Ceres  
Ceres-GO  
<http://orcid.org/0000-0002-6057-6808>

### Marco Antônio de Carvalho

IF Goiano Campus Ceres  
Ceres-GO  
<http://orcid.org/0000-0002-5127-5886>

### Rosita Camilo de Souza

IF Goiano Campus Ceres  
Ceres-GO  
<https://orcid.org/0000-0001-7074-2833>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é verificar as influências do sistema capitalista na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e as transformações ocorridas através da expansão e interiorização dos Institutos Federais. A metodologia adotada neste estudo é uma revisão bibliográfica e documental analisando a origem do trabalho e a educação profissional, a formação humana e integral, a expansão e a interiorização dos Institutos Federais como instrumentos de emancipação humana e a possibilidade da superação da dualidade histórica entre o trabalho

manual e o intelectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação humana integral; Educação Profissional e Tecnológica; dualidade histórica.

### WORK AND PROFESSIONAL EDUCATION: THE EXPANSION AND INTERNALIZATION OF THE FEDERAL INSTITUTES

**ABSTRACT:** The goal of this paper is to assess the influences of the capitalist system in Professional and Technological Education (PTE) and the transformations occurred through the expansion and internalization of the Federal Institutes. The methodology adopted in this study is a bibliographic and documentary review analyzing the origins of work and professional education, the human integral formation, and the expansion and internalization of the Federal Institutes as tools of human emancipation and the possibility of overcoming the historical duality between manual and intellectual labor.

**KEYWORDS:** Human integral formation; Professional and Technological Education; historical duality.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei nº. 11.892, em dezembro de 2008, através da capacidade instalada da Rede Federal de Educação Tecnológica, reunindo na época, os Centros Federais de Educação Tecnológica

(CEFETs), as Escolas Técnicas Federais (ETFs), as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e as Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais.

De acordo com a Lei nº. 11.892/08, os IFs devem se constituir em “instituições de educação superior, básica e profissional” e se especializar “na oferta de educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008). Suas finalidades são ousadas, pois, vão desde a oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de pós-graduação lato e stricto sensu até a contribuição dos IFs para o desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas do Brasil (SOUZA; SILVA, 2016).

Cria-se uma nova institucionalidade para a educação profissional, com foco no “ensino público gratuito, democrático e de excelência” (PACHECO, 2011, p. 14), um ensino valorizando a inclusão social, o desenvolvimento local, superando a dualidade entre a escola destinada aos ricos e a destinada à classe trabalhadora, o trabalho intelectual e o manual (PACHECO, 2011).

O Ensino Médio Integrado (EMI), articulado ao mundo do trabalho, possibilita um desenvolvimento crítico de como é constituída a sociedade e as relações sociais de que fazemos parte, condição necessária para que sejamos indivíduos emancipados, conscientes e críticos sobre a realidade em que vivemos e com condições para mudar as atitudes sobre as novas bases técnico-científicas do processo produtivo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012). O EMI ao Ensino Técnico é uma condição social e histórica necessária para a construção de um ensino politécnico, unitário (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2004).

Os autores que fundamentam essas discussões teóricas são: Frigotto (2009), Manacorda (2007), Marx (1996), Milliorin e da Silva (2021), Moura (2014), Moura, Lima Filho e Silva (2015), Pacheco (2011), Saviani (2007), Silva e Eltez (2019), e outros que dialogam com a temática estudada. O objetivo deste estudo é verificar as influências do sistema capitalista na Educação Profissional e Tecnológica e as transformações ocorridas através da expansão e interiorização dos Institutos Federais.

## 2 | METODOLOGIA

O presente artigo foi realizado utilizando uma revisão bibliográfica e documental. Para Martins e Theóphilo (2016) a pesquisa bibliográfica é necessária para conduzir uma pesquisa científica, pois, explica um assunto, problema, baseando em referências publicadas em livros, revistas etc. Buscando compreender e explicar um tema visando a construção teórica do estudo.

May (2004) afirma que os documentos não são isolados, necessitam ser situados numa estrutura teórica para que o seu conteúdo seja interpretado de forma correta. É essencial que seja avaliado o contexto histórico da produção do documento, universo político do autor e da classe destinada o documento, seja qual for a época da sua construção

(SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

### 3 | A ORIGEM DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No comunismo primitivo, os homens sobreviviam de maneira coletiva, pois eles produziam sua existência submetendo a natureza a eles mesmos. Nesse processo, eles se educavam e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007). Os animais são programados por sua natureza, eles não produzem a sua existência, não a transformam, mas se adaptam e respondem por instinto ao meio, enquanto os seres humanos produzem a sua existência pela ação consciente do trabalho. O homem se diferencia dos animais a partir do momento em que produz as condições materiais para a sua sobrevivência, começa a produzir seus meios de vida e se encontra condicionado a sua organização corporal (MARX; ENGELS, 1974).

O trabalho é uma ação que o homem executa na natureza, regulando e controlando o seu metabolismo com a natureza. O homem explora a matéria natural, com a sua força natural. Usa a sua corporeidade, seus membros para se apropriar da matéria natural, transformando-a numa forma útil a sua própria vida. Ao fazer essa ação externa a ele, transforma também a sua própria natureza (MARX, 1996).

O ato de agir modificando a natureza, transformando-a para atender às necessidades humanas, é o que conhecemos com o nome de trabalho. A essência do homem é o trabalho. Ele não é uma dádiva natural ou divina; a essência humana é produzida pelos próprios homens. É um trabalho que vem sendo ampliado, desenvolvido e se aprofunda ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007).

A divisão das classes sociais, exclusivamente nas formas feudais e escravistas, resultou na separação da educação e do trabalho. Isso aconteceu devido à própria determinação do processo de trabalho. O modo como os homens produzem os meios para sobreviver e organizam o processo de produção fez com que a escola se organizasse num espaço separado da produção. Essa separação resulta numa forma de relação, pois, na sociedade dual, a relação trabalho e educação se manifestam na separação entre a escola e a produção (SAVIANI, 2007).

Os economistas políticos dizem que o trabalho é a fonte de toda a riqueza. O homem trabalha explorando o meio natural que fornece a matéria-prima, transformando-a em riqueza. O trabalho é a primeira condição da existência humana; e, em certo sentido, temos que dizer: ele criou o homem (ENGELS, 1991). Marx afirma que as condições materiais determinam o modo de as pessoas sobreviverem, suas atitudes, sua consciência e o modo de viver a vida. O que o homem é depende das suas condições materiais de produção, no sentido do que ele produz e como produz (MARX; ENGELS, 2007).

Marx (1953), na sua obra *Grundrisse*, esclarece a característica histórica e não natural da relação entre o trabalhador e o seu trabalho contendo uma específica determinação

econômica, e ressalta que o objetivo do capital é produzir riquezas criando os elementos materiais. O trabalho não aparece mais como um trabalho e sim como um desenvolvimento da própria atividade, perdendo a característica de natural, porque no lugar da necessidade natural colocou como uma necessidade historicamente desenvolvida.

O capitalismo é um modo de produção que foi sendo implantado, se contrapondo ao modo feudal, se caracterizando pela acumulação da propriedade privada e dos meios de produção. Para que se fortalecesse mais, era preciso acabar com a escravidão, era necessário que os trabalhadores fossem livres: não proprietários dos senhores, nem donos dos meios e instrumentos de produção. Essas duas características os transformaram em proletários, pois, a partir desse momento, era preciso vender o seu tempo de trabalho. E dessa relação se constituem as classes sociais que temos hoje: os proprietários privados dos instrumentos e meios de produção e os não proprietários, os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho para produzir a sua existência. Dessa forma, ocorre o trabalho assalariado, trabalho/emprego (FRIGOTTO, 2009).

Para Saviani (2007), no capitalismo, o trabalho, a ciência e a tecnologia deixam de ser a resposta para as necessidades essenciais e vitais de todos os seres humanos transformando-se em valor de troca, com o objetivo de gerar lucro ou mais capital. Segundo Frigotto (2017, p. 3), “Sob o domínio do capital, o trabalho é predominantemente meio de potencializar os processos de exploração e de alienação. E com essas relações sociais produtivas capitalistas, o trabalho foi se reduzindo ao emprego remunerado, o trabalhador passou a ser a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2009).

Dessa forma, o trabalho, na sua dimensão ontológica da criação do ser social, foi se transformado em emprego – uma quantidade de tempo trocado ou vendido como uma forma de pagamento. Dessa redução ideológica e imposta pelo capital, temos o senso comum, grande parte das pessoas compreende como não trabalho o cuidar dos filhos, da casa. A ciência e a tecnologia são forças produtivas que se voltam cada vez mais contra a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2009).

O capitalismo que dita às regras do mercado e do capital não consegue superar as desigualdades sociais, ou seja, a existência das classes sociais. Mas, na medida em que o emprego passa a ser um direito garantido na Constituição como forma de integração ao consumo, à vida e ao futuro, e o mercado privado não consegue oferecer emprego para todos, o Estado tem a obrigação de fazê-lo (SAVIANI, 2007).

A Constituição enfatiza em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, online, n.p.).

O Decreto 5.154/04 aconteceu quando a educação brasileira se encontrava numa profunda crise no Ensino Médio. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2008, a população matriculada

no Ensino Médio entre 15 e 17 anos correspondia a 62,4% (cerca de 5,2 milhões) dos 8,3 milhões de estudantes matriculados na oferta regular que estavam nessa faixa etária. Nesse mesmo ano, 21 milhões de jovens com mais de 18 anos faziam parte da demanda para o Ensino Médio, e estavam matriculados apenas 1,6 milhões de jovens na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

“A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu parágrafo 2, declara que a “educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” e, ainda, seu parágrafo 7 (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017) assegura que

[...] os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Durães (2009) conceitua a Educação Profissional Tecnológica (EPT) relacionando a uma formação ampla, completa, que prioriza formar um cidadão profissionalmente capacitado, com um conhecimento científico sólido, capaz de criar e de comandar novas tecnologias, e que seja um cidadão consciente capaz de se posicionar na sociedade em que vive.

O Ministério da Educação (2020) esclarece que a Educação Profissional e Tecnológica, prevista na Lei nº 9394/1996, colabora para a vida em sociedade, para a inserção e atuação no mundo do trabalho. Quer dizer, na crise de desemprego, a EPT é reconhecida como uma possibilidade para se adquirir uma oportunidade de emprego, manutenção ou recolocação no mercado.

## **4 | A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL**

Marx, nas Instruções aos Delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, discursa, pela primeira vez, que por ensino entendemos três coisas: o ensino intelectual (mental), a educação física (acontecia nas escolas e nos exercícios militares) e o adestramento tecnológico, que significa transmitir os conhecimentos gerais de todo o processo da produção, introduzindo para a criança e o adolescente a capacidade de manejar os instrumentos de todos os ofícios (MANACORDA, 2007). Ao tratar do ensino, ou seja, a educação intelectual, física e tecnológica, Marx aborda claramente a formação humana integral, omnilateral, que foi incorporada à pedagogia marxiana, passando a ser chamada de politecnia, ou educação politécnica, termo ao qual o próprio Marx fez referência (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Moura (2014), após uma revisão das obras de Marx e Engels e de Gramsci, ao analisar a possibilidade da politecnia no seu sentido total, sinônimo da formação humana integral, compatível com a escola unitária, compreende que esses autores se referem a essa formação completa na perspectiva do futuro, quando a classe trabalhadora tiver conquistado o poder político (MARX, 1996).

Por outro lado, quando analisam a educação do tempo em que viveram, esses autores destacam ser possível a profissionalização integrando-a à educação intelectual, física e tecnológica, entendendo-a como o germe do futuro. Ele afirma que, na busca pela escola unitária, politécnica, universal, laica, gratuita e pública, é preciso exigir por escolas teóricas e práticas (escolas técnicas) tendo como fundamento o trabalho como um princípio educativo, sendo o germe do ensino, capaz de transformar a educação da classe operária, acima do nível da classe média e superior (MOURA, 2014).

Nosso país é marcado pela imensa desigualdade social. Isso faz com que muitos jovens filhos da classe trabalhadora, antes dos 18 anos de idade, sejam obrigados a se inserir no mundo do trabalho, para complementar a renda familiar, ou se autossustentar, apresentando baixa escolaridade e nenhuma qualificação profissional, aumentando cada vez mais as fileiras do trabalho simples, valorizando cada vez mais o capital. É a nossa realidade rebelde (SAVIANI, 2003).

Nosella (2011) propõe debates sobre a indefinição quanto ao direito profissional, pois existe uma relação dicotômica e injusta entre os filhos da classe dirigente, que cursam o Ensino Médio se preparando para as provas de ingresso às melhores universidades, não necessitando se preocupar com a profissão escolhida, e os filhos dos trabalhadores, que precisam optar por um curso profissionalizante já aos 14 ou 15 anos para adquirir uma profissão e ajudar no sustento da casa. Muitos em situações de extrema pobreza precisam cursar o Ensino Médio à noite para trabalhar durante o dia numa profissão para a qual não foram formados, ou nos subempregos que não teriam escolhido se tivessem tido oportunidade.

Nessa perspectiva, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) discutem sobre a profissionalização no ensino médio brasileiro. Para eles, a formação no EM é uma necessidade da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. O que se busca não é só atender a essa necessidade e sim transformar as condições em que ela se constitui, é uma obrigação política e ética garantir que todos tenham acesso ao EM com uma base unitária para todos. Conclui-se que o EMI ao ensino técnico, sob a base unitária, é a forma necessária para que seja feita a travessia para uma nova realidade.

Ramos (2008) ressalta que a travessia para a formação humana integral ou omnilateral pressupõe romper com a dualidade histórica brasileira entre a classe trabalhadora, que tem a sua formação voltada para o mercado de trabalho, e a elite, que tem a formação intelectual apropriando-se do conhecimento produzido pela humanidade. Na escola unitária, todos terão acesso à ciência e ao conhecimento científico por completo. “Nesse caso, o ensino médio integrado pode ser considerado o germe da formação humana integral, omnilateral ou politécnica” (MOURA, 2014, p. 16).

De acordo com Ramos (2014), para que a formação humana integral se efetive, é necessária a integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, que são: o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho no sentido ontológico (como realização inerente

ao ser), com o sentido histórico (analisado como uma prática econômica associando ao modo de produção); a ciência entendida através dos conhecimentos produzidos pela humanidade impulsionando o avanço das forças produtivas e a cultura, que são os valores éticos e estéticos que orientam as formas de conviver em sociedade.

Na formação integrada, a educação geral e profissional se torna inseparáveis, pois, em todos os sentidos, temos a preparação para o trabalho: tanto nos processos produtivos como nos educativos, abrangendo a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. O trabalho é visto como um princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual e intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, dessa forma, os trabalhadores se torna capazes de serem dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, 1981).

O EMI possibilita a formação profissional na escola, permitindo vivenciar atividades, conhecimentos técnicos e científicos do campo do conhecimento da formação técnica que se está adquirindo. Por isso, é preciso aprofundar as reflexões em torno da ciência e da tecnologia nos espaços formativos (SANTOS; JUNIOR, 2020).

A escola de Gramsci é a concretização da educação omnilateral proposta por Marx, sendo uma escola ideal que vai ao encontro dos pensamentos de Moura, Lima Filho e Silva (2015), que dizem que a escola unitária é o lugar onde a educação politécnica deve se concretizar. Os autores confirmam que, considerando o modelo de produção capitalista, essa concretização não é possível no presente, mas destacam que o ensino integrado é o modelo da transição para alcançar a escola unitária, considerando que impulsiona a integração do trabalho manual e intelectual, compreendendo o trabalho como um princípio educativo, tendo os princípios do ensino tecnológico, cultural e científico.

## **5 | A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

O Plano de Expansão da Rede Federal de EPT, iniciado no ano de 2005, teve como prioridade atender aos estados brasileiros que não tinham instituições federais, como Acre, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, os municípios do interior e as periferias de grandes centros urbanos. Foram consideradas as seguintes dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento. No social, foi considerada a universalização do atendimento aos Territórios da Cidadania, programa lançado pelo governo federal em 2008; atendimento aos municípios populosos com mais de 80.000 habitantes e com baixa renda, integrantes do G100; e os municípios com elevada pobreza (ROSA, 2017).

Considerando a posição geográfica, priorizaram-se os municípios com mais de 50.000 habitantes ou as microrregiões não atendidas por escolas federais; a interiorização da oferta pública de educação profissional e superior. Na dimensão do desenvolvimento, o foco foi dado nos municípios com Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados e os que ficam próximos dos grandes investimentos (ROSA, 2017).

Até o ano de 2002, havia 140 unidades de educação profissional. Na 1ª e 2ª fase de expansão, que aconteceu no período de 2003 a 2012, foram construídos 218 campi dos IFs. A 3ª fase de expansão teve previsão de mais 208 campi até o fim de 2014. Serão 426 novos campi dos IFs, totalizando 566 distribuídos pelo Brasil (MEC/SIMEC, 2012).

Silva e Eltez (2019), o processo da expansão significa um processo de inclusão, alcançando regiões do país que não tinham sido alcançadas antes, possibilitando o acesso à educação de qualidade para os que tinham sido excluídos. As políticas de ações afirmativas, do ponto de vista formal, determinam que todos são iguais perante a lei. Elas são um instrumento de combate à desigualdade material. A igualdade material significa acesso e permanência na escola, acesso ao ensino superior, acessibilidade urbana e inclusão.

A Lei nº 13.409/2016, além de estabelecer 50% das vagas aos alunos que estudaram nas escolas públicas nas instituições federais do nível médio, amplia o seu alcance, estabelecendo que as vagas sejam para os autodeclarados negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiências, de acordo com o senso do IBGE, com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo per capita.

Os IFs têm cumprido o seu papel incluindo os grupos que historicamente haviam sido excluídos do direito a uma educação pública de qualidade. Isso tem se efetivado na interiorização e na política da inclusão e ações afirmativas por meio da Lei nº 12.711/2012 e da Lei nº 13.409/2016. Essas políticas são fundadas na Constituição de 1988 e fazem justiça social combatendo a pobreza e as desigualdades sociais (SILVA; ELTZ, 2019).

Romeiro (2020), o IF está presente em todas as regiões brasileiras, possuindo uma organização política, institucional e pedagógica empenhada com a ampliação do conhecimento e a inclusão social. Observando a distribuição pelas regiões do Brasil, a maior expansão entre 2007 e 2017 se deu nas regiões Centro-Oeste (550%), Norte (386%) e Sul (382%). Quanto aos números absolutos, a Região Nordeste contava em 2017 com o maior número de campi (193). Na seqüência, vinha a Região Sudeste (132), Região Sul (106), Região Norte (68) e Região Centro-Oeste (65), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Quando se compara a quantidade da população nas regiões brasileiras, a proporção é diferente apenas nas regiões Nordeste e Sudeste, a segunda é mais populosa que a primeira. Em 2007, a matrícula do EMI nas instituições que se transformariam em unidades dos IF era de 19,7% e, em 2017, passou para 49,5%. Analisando todo o território brasileiro, a expansão de matrículas correspondeu a 613%. No ano de 2007, 57,8% dos campi ofertavam o EMI e, em 2017, aumentou para 83,5%. Na zona rural, a expansão foi de 360% e, na zona urbana, 692%. (MILLIORIN; DA SILVA, 2021).

Milliorin e da Silva (2021) verificam um aumento de 341% de campi considerando o período histórico de 2007 a 2017. Dos campi em atividade em 2017, 90,2% foram construídos fora das capitais dos Estados e dos municípios que foram contemplados com

campi, 35,8% tinham a população com menos de 50.000 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os IFs têm estrutura física adequada, ensino de qualidade e integrado, com atuação de docentes com formação em mestrado e doutorado. Tanto a concepção quanto as condições proporcionam a democratização do acesso, promovendo a interiorização da Rede Federal (MILLIORIN; DA SILVA, 2021).

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos IFs marcou a história da EPT brasileira, pois deu início a um novo modelo educacional espalhado por todo o território, atendendo às características regionais e locais, com o objetivo da formação emancipatória amparada nos princípios orientadores, que são: formação humana integral, o trabalho como um princípio educativo, envolvendo a ciência, a tecnologia e a cultura. Essa educação é diferente do adiestramento, do simples treino para um trabalho manual. É uma formação comprometida com o desenvolvimento em todos os aspectos, considerando todas as dimensões da vida. Os IFs têm feito a diferença na vida da classe trabalhadora, várias políticas públicas foram implantadas para que a população historicamente excluída passasse a ter acesso à formação intelectual, com mestres e doutores.

O trabalho e a educação são dois eixos comprometidos com a educação integrada, ligados às práticas e experiências docentes, envolvendo a comunidade e instituição. O processo de expansão e interiorização democratizou o acesso aos estudantes aos cursos técnicos de nível médio, e esse estudo comprovou o aumento dos acessos por todo o nosso território brasileiro. Os IFs não conseguiram acabar com todas as diferenças sociais, mas eles são a sementinha da formação humana integral. O EMI é a passagem no sistema em que vivemos para a transição da escola unitária, pois ele integra o trabalho manual e o intelectual, tendo a práxis como metodologia de ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. *Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio*. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissionaltecnica-de-nivel-medio>.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. DOU, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e 39 Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm).

BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)

BRASIL. *Lei Federal n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2016.

BRASIL: Ministério de Educação. Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SIMEC). *Painel de Controle do MEC - Campus dos Institutos Federais*. 2012. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/P>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DURAES, Marina Nunes. Educação técnica e educação tecnológica múltiplos significados no contexto da educação profissional. *Revista educação & realidade*. v. 34. n. 03, set./dez.2009.

FRIGOTTO, G. Polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Rev. Bras. Educ.*, v. 14, n. 40, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.;CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.) *Ensino Médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *La alternativa pedagógica*. Barcelona: Fontamara, 1981.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2007-2017*. Brasília: INEP, 2008-2018.

MANACORDA, M. A. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica. **São Paulo: Atlas**, p. 143-164, 2009.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural Ltda,1996.

MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie*. Berlim: 1953.

MARX, K.; ENGELS, F. *La ideologia alemana*. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre, Artmed, 2004

MILLIORIN, S. A.; DA SILVA, M. R. Mundo do trabalho, políticas educacionais e o direito à educação: o Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais. *Retratos da Escola*, v. 14, n. 30, p. 656–668, 2021.

MOURA, D. H. *Trabalho e formação docente na educação profissional*. 1. ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Revista brasileira de educação*, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out - dez. 2015.

NOSELLA, P. Ensino médio. Em busca do princípio pedagógico. *Educação e Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, out.-dez, 2011.

PACHECO, E.; SILVA, C. R. Institutos Federais: um futuro por armar. In.: SILVA, C.J.R. (Org.) *Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Nata: IFRN, 2009.

PACHECO, E. (Org.). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192).

RAMOS, M. Concepções de Ensino Médio Integrado. In. ARAÚJO, R. M. L.; PORTO, A. M. N de S; TEODORO, E. G. (Org.). *O Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública*. Belém: SEDUC, 2008.

RAMOS, M. N. *História e política da educação profissional*. 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROMEIRO, G. Os Institutos Federais: análise a partir dos eixos política pública, educação e trabalho. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, v. 9, n. 1, 2020.

ROSA, C. M. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: criação e expansão. *Plures Humanidades*, v. 18, n. 2, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. DE; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental : pistas teóricas e metodológicas Documentary research : theoretical and methodological clues. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2009.

SANTOS, J. C. V. dos; SOBRAL JÚNIOR, G. A. Análise de representações dos conceitos de ciência e tecnologia tais como expressos por estudantes da educação profissional e tecnológica. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, e6091210908, 2020. (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10908>. Acesso em: 10 set. 2021.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: LDB, limite, trajetória e perspectivas*. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. A relação trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.*, 2007, v. 12, n. 34, p. 152-80.

SILVA, A. S. J.; ELTZ, P. T. Os institutos federais e a educação profissional: políticas públicas, ações afirmativas e inclusão social. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 12, p. 31779–31787, 2019.

SILVA, L. T. da. *A política de expansão das instituições federais de ensino e seus aspectos locacionais no território brasileiro*. 2016. Disponível em: [https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/5-Leonardo-Silva\\_A-politica-de-expansao-das-instituicoes-federais.pdf](https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/5-Leonardo-Silva_A-politica-de-expansao-das-instituicoes-federais.pdf).

SOUZA, F.C.S.; SILVA, S.H.S.C. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. RECEI - Revista Ensino Interdisciplinar, v. 2, nº. 05, jul. 2016, UERN, Mossoró, RN.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 266, 267, 270, 271, 272, 273, 280

Aislamiento 130, 131, 138

Alfabetização 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 167, 168, 184, 215, 306, 343

Alfabetización informacional 288, 289, 290, 296

Amplificadores culturais 63, 64, 65, 67, 69, 70

Ansiedade 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 268

Aprendizagem 32, 33, 34, 36, 37, 52, 53, 56, 61, 62, 64, 67, 95, 96, 117, 119, 121, 123, 124, 127, 142, 144, 146, 149, 166, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 220, 222, 224, 230, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 260, 261, 262, 268, 271, 273, 278, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 327

Aprendizaje 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 195, 196, 203, 204, 235, 236, 237, 238, 239, 290, 295, 296, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342

Atividades extracurriculares 206, 210

### B

Brincar 53, 54, 63, 67, 69, 182, 241, 243, 244, 245, 251, 252, 253, 297, 298, 303, 307

Brinquedo 69, 245, 252, 297, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 308

### C

Capoeira 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Ciclos escolares 166, 167, 168, 169, 171, 175, 178, 186, 188

Cinema 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Cinematoteca potiguar 80, 81, 82, 93, 94

CMS Wordpress 80, 81

Colaboración 95, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 112, 135, 137

Competencia 136, 141, 192, 193, 194, 196, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 328, 332, 341

Comunidade escolar 121, 128, 272, 275, 280, 284

Contenidos 106, 111, 235, 236, 237, 238, 239, 291

Covid-19 124, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 254, 266

Cultura escolar 116, 117, 118, 119, 120, 125, 128, 287

## D

Depressão 154, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165

Direitos humanos 1, 2, 3, 5, 6, 8, 15, 18

Docentes universitários 154, 156, 158, 163

Dualidade histórica 19, 24

## E

Ecosistema 96

Educação 1, 2, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 50, 58, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 88, 93, 95, 96, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 127, 128, 129, 142, 143, 149, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 227, 229, 232, 233, 234, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 278, 280, 281, 282, 284, 286, 287, 297, 299, 302, 303, 306, 308, 309, 311, 312, 314, 315, 327, 343, 345

Educação antirracista 38, 45, 50

Educação básica 28, 178, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 241, 243, 249, 256, 258, 262, 263, 312, 315, 327, 343

Educação física 23, 158, 159, 160, 241, 243, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Educação infantil 63, 64, 66, 67, 69, 70, 117, 180, 253, 308, 312

Educação profissional e tecnológica 19, 20, 23, 27, 28, 29, 30

Emancipação 1, 17, 19, 259

Empoderamento 266, 273

Enseñanza 101, 104, 113, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 192, 193, 195, 235, 238, 239, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 341

Enseñanza-aprendizaje 104, 130, 132, 135, 136, 139, 140

Ensino fundamental 41, 52, 116, 117, 119, 124, 164, 166, 167, 168, 171, 175, 185, 188, 190, 222, 248, 249, 254, 256, 297, 298, 299, 306, 307, 312

Ensino no campo 254

Ensino remoto 124, 254, 256, 259, 260, 267, 268

Escola Pública Estadual 116

Espaços culturais 116

Estresse 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 164, 165

Experiência 8, 14, 38, 53, 70, 117, 124, 146, 160, 206, 207, 209, 210, 245, 252, 266, 269, 271, 272, 273, 275, 284, 285, 309, 311, 313, 314, 318, 325, 327

## **F**

Folclore 38, 39, 40, 45, 48, 49, 143

Formação docente 29, 45, 72, 73, 75, 78, 79, 206, 208, 210, 214, 215, 259, 346

Formação humana integral 19, 23, 24, 27

Formação inicial 25, 206, 207, 209, 217, 224, 309, 310, 311

## **G**

Gestão 6, 31, 32, 35, 36, 37, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 127, 166, 168, 169, 178, 186, 188, 214, 218, 223, 234, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 287

Gestión deportiva 235

Grupos de pesquisa 206, 250

## **I**

Identidade 7, 9, 18, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 48, 81, 118, 120, 153, 170, 184, 185, 209, 223, 264, 270, 273, 299

Imagem 17, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 59, 60, 88, 89, 173, 253

Inclusión 95, 112, 115

Indígenas 26, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 141

Interesses 7, 8, 12, 13, 93, 126, 150, 179, 186, 187, 207, 259, 261, 262

## **J**

Jogos cooperativos 241, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Juventude 142, 145

## **L**

Liberdade 6, 7, 8, 14, 17, 18, 142, 143, 145, 147, 149, 153, 177, 256

## **M**

Matemática 306, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 327, 343

Medo 7, 9, 10, 16, 142, 143, 144, 145, 152, 153, 155, 162, 184, 266, 268

Métodos 29, 33, 62, 70, 116, 131, 137, 156, 161, 170, 194, 195, 235, 242, 250, 271, 276, 278, 290, 320

## **N**

Neurociência 51, 52, 54, 56, 60, 61, 62

## P

Pedagogia 23, 28, 50, 80, 158, 166, 179, 217, 251, 252, 264, 309, 311, 312, 313, 314

Pensamiento analítico 328, 331, 332, 342

Praça 88, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 151, 152

Práticas culturais 116, 127, 128, 220, 252

Práticas educativas 119, 206, 207, 208, 221, 254

Professional 19, 96, 112, 206

Professor 1, 37, 39, 45, 49, 67, 69, 72, 76, 77, 78, 80, 121, 143, 146, 154, 156, 160, 163, 164, 165, 170, 172, 173, 174, 175, 180, 184, 185, 187, 206, 209, 211, 213, 215, 216, 217, 245, 249, 250, 251, 256, 260, 262, 263, 270, 271, 274, 286, 299, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 322, 323, 326, 343

Progressão continuada 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Psicomotricidade 51, 52, 53, 54, 56, 58, 60, 61, 62

## Q

Qualidade 26, 27, 32, 34, 35, 36, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 175, 177, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 213, 214, 215, 218, 224, 225, 232, 233, 257, 259, 261, 262, 268, 275, 279, 281, 282, 286, 311

Qualidade de vida 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

## R

Recomeço 266, 267, 269, 272

Región Mixteca 130, 133, 135

## S

Sostenibilidad 95, 109

Streaming 80, 81, 82, 91, 92, 93, 108

## T

Tecnología de información y comunicación 288

Tecnología educativa 130, 131, 136, 138, 140

Tecnologias 23, 31, 33, 63, 69, 70, 80, 81, 82, 91, 127, 164, 220, 221, 230, 242, 253, 259, 260, 262, 264, 267, 268, 269, 270, 273, 307

Teoria histórico-cultural 63, 64, 65, 70, 297, 298, 299, 300, 308

## V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 40, 126, 144, 145, 152

Virtualización 135, 328, 331

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas 2



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Gestão e práticas pedagógicas 2



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)